



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



FRANCISCO SAMPAIO PEREIRA

**O SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO MUNICIPAL: ESTUDO SOBRE
A VIABILIDADE ECONÔMICA NO ANO DE 2018 NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA**

CRICIÚMA

2019



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



FRANCISCO SAMPAIO PEREIRA

**O SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO MUNICIPAL: ESTUDO SOBRE
A VIABILIDADE ECONÔMICA NO ANO DE 2018 NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para obtenção do grau de
bacharel no curso de Ciências Contábeis da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientador: Prof. Jonas Scremin Brolese

CRICIÚMA

2019



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



FRANCISCO SAMPAIO PEREIRA

**O SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO MUNICIPAL: ESTUDO SOBRE
A VIABILIDADE ECONÔMICA NO ANO DE 2018 NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado pela Banca Examinadora para
obtenção do Grau de bacharel, no Curso de
Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha
de Pesquisa em Contabilidade Governamental.

Criciúma, 01de Julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Jonas Scremin Brolese - Especialista - (UNESC) - Orientador

Prof. Ângelo Périco- Mestre - (UNESC)

Prof. Sergio Mendonça da Silva - Mestre - (UNESC)

SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO MUNICIPAL: ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA NO ANO DE 2018 NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

Francisco Sampaio Pereira¹
Jonas Scremin Brolese²

RESUMO: Por estacionamento rotativo, entende-se a(s) área(s) reservada(s) em locais determinados por autoridades vinculadas à gestão do trânsito, na(s) qual(is), o motorista pode deixar seu veículo em uma vaga, mediante uma contraprestação financeira quando utilizar. O valor cobrado é devido frente ao tempo de permanência e geralmente pago a um agente que circula pelos locais. Há também tempo máximo de permanência pré-determinado. O principal objetivo deste trabalho foi realizar um estudo sobre a viabilidade econômica do sistema de estacionamento rotativo de Criciúma no ano 2018 e os objetivos específicos foram descrever a administração pública e seu funcionamento, a coleta, análise e comparativo entre os dados de receitas e despesas mensais do ano de 2018 e por fim analisar a viabilidade do sistema de estacionamento rotativo identificar receitas e custos da entidade e analisar se os resultados econômicos baseados nos custos são satisfatórios para o funcionamento da organização. Este trabalho se justifica pelo fato de poder auxiliar tanto ao ente público, como aos cidadãos, usuários ou não, da finalidade da implantação do sistema, bem como contribuir com sugestões para aprimorar seu funcionamento. Para o meio acadêmico destaca-se a importância em evidenciar estudos na área pública, visando demonstrar a preocupação e o interesse do futuro profissional contábil com o patrimônio público de forma geral, além de ser uma oportunidade para fomentar estudos da contabilidade pública da região. As principais contribuições deste trabalho foram a devolutiva dos resultados à organização pesquisada e, também, a articulação dos dados para avaliação da viabilidade econômica. Sugere-se que outras pesquisas possam utilizar o mesmo detalhamento metodológico realizado nesta pesquisa.

Palavras-chave: viabilidade econômica; rotativo; custos

1 INTRODUÇÃO

A área contábil tem sido alvo de uma série de ajustes ao longo do tempo com o propósito de torná-la uma ferramenta eficaz para tomada de decisão e cada vez mais precisa e confiável. Nesse sentido, entende-se que a administração pública também necessita de informações fundamentadas na ciência contábil para desenvolver sua atuação pública (JUNG, 2007).

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



Neste contexto, no Brasil, principalmente em regiões metropolitanas, o tráfego de veículos é muito intenso e foram criados em diversos pontos dessas regiões os chamados estacionamentos rotativos, como alternativa para facilitar a mobilidade urbana.

Por estacionamento rotativo, entende-se a(s) área(s) reservada(s) em locais determinados por autoridades vinculadas à gestão do trânsito, na(s) qual(is), o motorista pode deixar seu veículo em uma vaga, mediante uma contraprestação financeira quando utilizar. O valor cobrado é devido frente ao tempo de permanência e geralmente pago a um agente que circula pelos locais. Há também tempo máximo de permanência pré-determinado (PARADELA et al, 2015).

No Brasil, a modalidade de estacionamento rotativo foi prevista pela primeira vez sob a égide da Lei nº 9.503/1997, conhecida por Código de Trânsito Brasileiro (CTB), dispondo na alínea X de seu artigo 24:

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

[...]

X – implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;(BRASIL, 1997).

A principal função do estacionamento rotativo é evitar transtornos gerados pelo trânsito em locais em que existe fluxo volumoso, mas com escassos espaços para permanência dos veículos. Assim, a premissa da implantação deste sistema é a de que estacionamentos inadequados nas vias públicas podem ser capazes de gerar perigo (acidentes, furtos), incômodos e até prevenção de ações criminosas. Além disso, a principal finalidade é promover a rotatividade das vagas, como forma de racionalizar o uso, uma vez em que há, como já afirmado, tempo máximo permitido para a permanência (PARADELA et al, 2015).

No município de Criciúma/SC este sistema foi implantado no ano de 2010. Com a descontinuidade do governo municipal, em 2015 houve mudanças no sistema (gerido por empresa terceirizada), o que foi barrado pela Justiça devido a indícios de fraude. Com isso, após dois anos sem estacionamento rotativo, em 2017, novamente foi instituído o sistema implementado em 2010, por meio do Decreto-Lei nº 625/2017, passando a novamente ser gerido diretamente pela administração municipal. Dessa forma, tratando de um sistema inserido na governança pública, surgiu para esse estudo a seguinte questão de pesquisa: a viabilidade econômica do sistema de estacionamento rotativo municipal no ano de 2018 em Criciúma? Para responder a esse quesito o objetivo geral consiste em analisar a viabilidade econômica do sistema de estacionamento rotativo no município de Criciúma-SC.

Os objetivos específicos são: trazer as receitas, identificar os custos (diretos e indiretos; fixos e variáveis) da entidade; verificar o ponto de equilíbrio e analisar se os resultados econômicos baseados nos custos são satisfatórios para o funcionamento da organização.

Este trabalho se justifica pelo fato de poder auxiliar tanto ao ente público, como aos cidadãos, usuários ou não, da finalidade da implantação do sistema, bem como contribuir com sugestões para aprimorar seu funcionamento. Para o meio acadêmico destaca-se a importância em evidenciar estudos na área pública, visando demonstrar a preocupação e o interesse do futuro profissional contábil com o



patrimônio público de forma geral, além de ser uma oportunidade para fomentar estudos da contabilidade pública na região da AMREC.

Esta obra estará estruturada a partir da introdução (seção 1), seguida da fundamentação teórica (seção 2). Posteriormente serão apresentados os aspectos metodológicos na seção 3. Contempla, ainda, a análise dos resultados que serão obtidos na conclusão do projeto e encerra com a conclusão apontando dados indispensáveis da análise.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico, é apresentada a revisão da literatura que fundamenta o estudo, com temas sobre o assunto tratado.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

O Estado encontra na Administração Pública o instrumento indispensável para a execução das tarefas para as quais foi criado, ou seja, a gestão dos interesses e bem-estar da comunidade, com vistas ao progresso social (BRETAS, 2018).

Conforme Di Pietro (2012, p. 61), "o governo pode ser definido como a atividade imediata e concreta que o Estado desenvolve sob o regime jurídico do direito público, para a consecução de interesses coletivos".

A organização do Estado é questão constitucional. A divisão política do território nacional, a estruturação dos Poderes, a forma de Governo, a investidura dos governantes e os direitos e garantias dos governados são tratados sob este assunto. Uma vez que a organização política do Estado soberano tenha sido alcançada, a organização administrativa das entidades estatais, os municípios e as empresas estatais que irão descentralizar os serviços públicos e outras atividades de interesse coletivo nascem da legislação complementar e ordinária (BONELLI; CABRAL, 2018).

No Brasil, o Estado Federal inclui a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal e os Municípios. São, portanto, as entidades estatais brasileiras que têm autonomia para fazer suas próprias leis (autonomia política), ter e escolher seu próprio governo (autonomia administrativa) e obter e administrar suas próprias receitas (autonomia financeira). Outras pessoas jurídicas constituídas ou autorizadas a serem constituídas por lei ou constituídas de autarquias, fundações, empresas públicas ou entidades paraestatais também integram a Administração Pública. Em outras palavras, estes últimos são os componentes da Administração centralizada e descentralizada (BRETAS, 2018).

A organização da Administração ocorre em um momento posterior ao Estado. No Brasil, após a definição dos três Poderes que compõem o Governo, realiza-se a organização da Administração, ou seja, as entidades e órgãos que desempenharão as funções são estruturadas legalmente, por meio de pessoas físicas convocadas por agentes públicos. Tal organização é geralmente dada por lei. Só será dado por decreto ou padrões inferiores quando não implicar a criação de encargos ou aumento de gastos públicos (MOREIRA NETO, 2014).

Conforme Reale (2015) existem dois ângulos nos quais a Administração Pública pode ser considerada: funcional ou organizacional.



No sentido funcional, a Administração Pública representa uma série de atividades que funcionam como auxiliares das instituições políticas mais importantes no exercício das funções governamentais. Aqui, a provisão de serviços públicos, bens e utilidades para a população é organizada (REALE, 2015).

Já sob o aspecto organizacional, a Administração Pública pode ser entendida como o conjunto de órgãos e entidades estaduais responsáveis pela atenção das necessidades de interesse público. Aqui a Administração Pública é vista como ministérios, secretarias, entre outros (REALE, 2015).

Por outro lado, pelo critério subjetivo, formal ou orgânico, a Administração seria o conjunto de órgãos responsáveis pelas funções administrativas. A administração seria uma rede que fornece serviços públicos, equipe administrativa, serviço de produção da matriz (DI PIETRO, 2012).

A Administração Pública possui o objetivo de especificar as aspirações populares, administrar os recursos e serviços públicos baseados em princípios e normas que atendam à moralidade e à transparência, o interesse público pertence às pessoas (BONELLI; CABRAL, 2018).

Por isso, para obter o sucesso do seu dever de fazer (como a eficácia das despesas com a aquisição de bens, serviços, recursos humanos, obras e tudo o que é necessário para o fim a que se propõe), a Administração Pública está sujeita a princípios administrativos, que buscam disciplinar sua atividade, estabelecendo limites ao seu poder/dever, evitando excessos ou abusos (MARQUES, EMMENDOERFER, 2018).

2.2 PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Para entender os Princípios da Administração Pública é necessário também entender a definição básica de princípios, que servem de base para guiar e basear todo o sistema legal. Neste sentido, afirma Reale (2015, p. 29):

Princípios são verdades ou juízos fundamentais, que servem de fundamento ou garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relacionados à porção dada da realidade. Às vezes, certas proposições são também chamadas princípios, os quais, apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidos como fundamentos da validade de um sistema particular de conhecimento, tal como seus pressupostos necessários.

Em outras palavras, os princípios também têm a finalidade de gerar segurança jurídica para os cidadãos, como por exemplo, no princípio da legalidade, que atribui ao indivíduo a obrigação de realizar algo, somente em virtude da lei, impedindo assim o abuso de poder.

Dessa forma, os princípios de Direito, em qualquer país, são necessários para orientar as leis. Na Administração Pública não é diferente.

No Brasil, os princípios da Administração Pública são expressos na Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, e são responsáveis por organizar toda a estrutura e também mostrar os requisitos básicos para uma boa gestão:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos



princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...].

Nesse sentido, no Brasil, a Administração Pública (direta e indireta) de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sobre os quais se discorre a seguir.

2.2.1 Princípio da legalidade

O princípio da legalidade, que é uma das principais garantias dos direitos individuais, refere-se ao fato de que a Administração Pública só pode fazer o que a lei permitir, isto é, qualquer ato só pode ser exercido de acordo com o que está previsto na lei. Este princípio se reveste de importância por proteger o cidadão de abusos que emanam dos agentes do poder público (MARQUES, EMMENDOERFER, 2018).

Sobre o princípio da legalidade, Meirelles (2010, p. 82) considera:

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração privada é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o indivíduo significa "ser capaz de fazê-lo"; para o administrador público, significa "deve fazê-lo".

Desta forma, este princípio, além de passar muita segurança jurídica ao indivíduo, limita o poder do Estado, gerando organização da Administração Pública. Assim, o princípio da legalidade é o da submissão completa da Administração às leis. Ela só deve obedecê-los, cumpri-los, colocá-los em prática. Portanto, a atividade de todos os seus agentes, desde o Presidente da República, até o mais modesto dos servidores, deve ser obediente às disposições gerais estabelecidas pelo Poder Legislativo, porque esta é a posição que lhes corresponde na lei brasileira (MOREIRA NETO, 2014).

No máximo, fica claro que a legalidade é um dos requisitos necessários na Administração Pública e, como já foi dito, um princípio que gera segurança jurídica para os cidadãos e limita o poder dos agentes da Administração Pública (DI PIETRO, 2012).

2.2.2 Princípio da moralidade

Com base na "boa administração", este princípio está relacionado com as decisões judiciais tomadas pelo agente da Administração Pública, acompanhado, também, pela honestidade (REALE, 2015).

No caso prático do princípio da moralidade na Administração Pública, um agente administrativo deve ser ético e possuir honestidade, para assim conseguir realizar uma boa administração, discernir a legalidade e ilegalidade de alguns atos, além do justo e injusto de certas ações (MOREIRA NETO, 2014).



2.2.3 Princípio da impessoalidade

Este princípio traduz a ideia de que a Administração tem que tratar todos aqueles administrados sem discriminação (MEDAUAR, 2013).

Para a garantia deste princípio, por exemplo, o texto constitucional dispõe que para a entrada em cargo público é necessária a aprovação em concurso público (MOREIRA NETO, 2014).

2.2.4 Princípios da eficiência

Este princípio busca garantir uma boa administração, aquilo que consegue satisfazer os desejos da sociedade, obter legalmente resultados positivos e satisfatórios, ou seja, como o próprio nome faz referência: é ser eficiente (MEIRELLES, 2010).

Na verdade, o princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com desenvoltura, perfeição e desempenho funcional. A eficiência é o princípio mais moderno da função administrativa, que não se satisfaz mais em atuar apenas com uma legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e atenção satisfatória às necessidades da localidade e de seus membros (REALE, 2015).

A eficiência é uma característica que faz com que o agente público atinja resultados positivos, garantindo à sociedade uma efetividade real dos propósitos necessários, como saúde, qualidade de vida, educação, entre outros (MOREIRA NETO, 2014).

2.2.5 Princípios da publicidade

Na Administração Pública, para que os atos sejam conhecidos externamente, isto é, na sociedade, é necessário que sejam publicados e divulgados, e assim comecem a ter seus efeitos, obtendo efetividade ao termo exposto (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018).

Conforme Di Pietro (2012), o princípio da publicidade estabelece que todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que devem ser prestados dentro do prazo da lei, sob pena de responsabilidade, exceto aqueles cuja confidencialidade é essencial para a segurança da sociedade e do Estado.

Portanto, no âmbito da Administração Pública, é necessário que os atos e decisões tomadas sejam devidamente publicados para o conhecimento de todos. A confidencialidade só é permitida em casos de segurança nacional. A publicidade, como princípio da administração pública, desse modo, engloba toda ação estatal, não apenas sob o aspecto da divulgação oficial de suas ações como, também, propicia o conhecimento da conduta interna de seus agentes (MEIRELLES, 2010).

Desta forma, a Administração Pública deve manter a transparência, isto é, deixar claro para a sociedade os comportamentos e decisões tomadas pelos seus agentes (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018).



2.3 GESTÃO DE CUSTOS

Com a grande competitividade existente entre as organizações, mudanças têm ocorrido com reflexos diretos na gestão. Essas mudanças refletem principalmente nas estratégias adotadas e nas práticas gerenciais que são realizadas (MACHADO; SOUZA, 2006).

Porém, devido ao acirramento da concorrência entre as organizações, o próprio mercado é quem dita os preços dos produtos, fazendo assim com que as empresas busquem se especializar para melhorar seus sistemas de controle de custos, podendo assim se diferenciar dos demais concorrentes (BARDAL; MALTACA; MICHELASSE, 2010).

Segundo Machado e Souza (2006), para que uma gestão de custos torne-se eficaz é necessário que as áreas de planejamento, execução e controle também sejam ministradas de forma eficiente dentro da organização. Com isso, a empresa poderá buscar diversas formas para produzir ou operar mais, porém gastando menos, ou seja, com menos custos.

Na parte produtiva ou operacional, são cada vez mais frequentes as empresas evitarem gastos desnecessários e planejar ações para atuar frente à grande competitividade. Diante disso, as organizações estão buscando aperfeiçoarem-se na área contábil, pois quanto maior a empresa maior será o controle de produção e gastos (PEREIRA; SOUZA, 2010).

Conforme Kaspczak, Scandelari e Reis (2008) quando a empresa não está totalmente consolidada no mercado, não se consegue fixar um preço nos produtos. Por isso, deverá reduzir seus gastos para poder baixar seus preços, caso contrário, certamente terá prejuízos em suas vendas e resultados.

Segundo Pereira e Souza (2010), com essas informações torna-se importante identificar a relevância da contabilidade de custos dentro de uma organização, seja para controlar seus gastos, saber o quanto foi produzido, o quanto foi vendido e se terá lucratividade, o que é demonstrado através de relatórios contábeis.

De acordo com Kaspczak, Scandelari e Reis (2008) a economia na produção acaba gerando um valor excedente, que pode ser investido em novas tecnologias e aperfeiçoamentos, podendo assim tornar mais ampla sua capacidade produtiva.

A contabilidade e a gestão de custos também são muito importantes na parte de controle e planejamento, pois com os dados coletados com o controle, torna-se possível verificar os objetivos e metas que foram propostas e não obtiveram êxito (PEREIRA; SOUZA, 2010).

Para Kaspczak, Scandelari e Reis (2008), durante o processo de tomada de decisões, os gestores das empresas utilizam de diversas informações, como por exemplo, os custos com a produção. Com isso, a parte dos custos com os produtos tornam-se mais importantes partindo do ponto em que o consumidor é quem faz o preço.

Com a Revolução Industrial surgiu a análise de custos nas empresas, pois até então só eram contabilizados os gastos com produção e o lucro que era gerado (BORNIA, 2010).

Segundo Jung (2007) o grande problema enfrentado nos dias de hoje pelas organizações é a falta de competitividade com as demais empresas, pois com a vinda de entidades estrangeiras a concorrência ficou um pouco desigual devido ao



alto nível de tecnologia usada por essas. O autor complementa:

Além das mais modernas e tecnológicas formas de produção, as organizações necessitam também se adequar às novas formas de planejamento e controle de seus custos, para assim terem como subsídios, informações precisas que, auxiliem na gestão, tomando as decisões necessárias para sobreviver no mercado(JUNG, 2007, p. 34).

Contudo, sabe-se que o principal objetivo de uma empresa é o lucro, e para que isso aconteça são necessárias algumas estratégias, entre elas está a gestão de custos, pois em alguns casos produtos que não estão sendo vendidos podem ter uma redução no seu preço devido a uma boa gestão implantada na empresa. Por isso, a gestão de custos torna-se fundamental na empresa para encontrar seu ponto de equilíbrio (BORNIA, 2010).

A redução de custos parte de uma estratégia pela qual é analisado o modo de produção e os produtos necessários, para isso deve ser analisado o produto em si e qual valor que terá no mercado (VIAN, 2006).

A empresa deve tentar reduzir seus custos de qualquer maneira, para poder se manter no mercado atual, porém sem diminuir a qualidade do produto oferecido. Com isso a empresa deveria buscar métodos para diminuir esses custos, investindo em mão-de-obra qualificada, pois muitas empresas possuem custos em locais que nem imagina como em devolução de mercadorias, por falha no produto ou por atraso na entrega (PINTO, 2006).

2.4 TERMOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE CUSTOS

Na gestão dos custos, muitas vezes são encontrados alguns termos ou nomenclatura que são associados ao gerenciamento dos custos. Muitos desses termos, às vezes, são considerados como sinônimo de custos, em outros casos, confundem o analista em termos de seus significados (PADOVEZE, 2009).

Desse modo, a seguir, são apresentados alguns desses termos e seus respectivos significados.

Gastos: É quando adquire-se algo que não será utilizado no momento. Os gastos não podem ser considerados custos, pois os mesmos não estão envolvidos nos processos produtivos da empresa (DUBOIS; KULPA; SOUZA, 2006).

Os gastos, desse modo, podem ser considerados como um pagamento, seja dos salários dos funcionários, por compra de novos equipamentos, de suprimentos ou com o marketing da empresa, a fim de aumentar os lucros (PADOVEZE, 2009).

Desembolso: Um desembolso refere-se a dinheiro pago em nome de um cliente, ou uma pessoa em nome de uma empresa ou agente. Este é um tipo de despesas para a pessoa que paga uma quantia em nome de outra. Em outras palavras, o pagamento é considerado um tipo de despesa, mas um gasto nem sempre são classificados como um desembolso (DUBOIS; KULPA; SOUZA, 2006).

Os desembolsos proporcionam benefícios para um único período, não são capitalizados e estão incluídos na demonstração de lucros e perdas. Em geral, todos os desembolsos que têm a ver com as despesas de vendas e administrativas são considerados (SÁ, 2009).

Investimentos: Investimentos são os gastos feitos no presente para posteriormente obter lucro, podendo ser feitos com compra de bens e serviços,



também na administração de empresas ou em área comercial. Porém, determinadas situações, a empresa adquire um produto para uso imediato, portanto não será um investimento e sim um custo (BACIC et al, 2010).

Investimentos são gastos, que temporariamente ficarão no ativo da empresa, porém com o passar dos anos se tornará custos e despesas, pois será feito um desembolso para investir em determinada negociação (BRUNI; FAMÁ, 2006).

Desperdícios: O desperdício nas empresas ocorre pela falta de mão-de-obra qualificada, com isso a busca por uma melhoria nos processos produtivos dificilmente será realizada (SÁ, 2009).

2.5 TIPOS DE CUSTOS

Diversas são as formas com que os custos se apresentam nas empresas, levando-se em consideração as mais variadas necessidades administrativas. Devido a isso, os custos podem ser classificados conforme alguns critérios para que seu cálculo, alocação e avaliação sejam possíveis (ALEMÃO; GONÇALVES; DRUMOND, 2013).

Por isso, com vista a facilitar sua origem e apuração, os custos podem ser enquadrados segundo alguns critérios (ALEMÃO; GONÇALVES; DRUMOND, 2013), tais como sua origem (totais ou unitários), facilidade de alocação (diretos e indiretos) e variabilidade (fixos ou variáveis), por exemplo.

Nesse sentido, de acordo com a origem, os custos podem ser totais ou unitários.

O custo total é o tipo mais comum e envolvem todos os custos de fabricação, não incluindo as vendas ou administração, nem a pesquisa e desenvolvimento (KIMURA; PERERA; ANTUNES, 2012).

Os custos unitários são obtidos pela divisão do custo total pelo número de unidades produzidas, os custos de unidades não são sempre um produto físico, mas o representante estatístico de uma atividade, objetivamente definível. Exemplos: horas-máquina, litros, quilogramas, entre outros. Os custos unitários devem ser expressos em termos que sejam mais significativos para os responsáveis pelos mesmos (KIMURA; PERERA; ANTUNES, 2012).

Por outro lado, os custos não são apenas relacionados direta ou indiretamente ao trabalho, produtos ou processos, mas também podem variar em quantidade devido às mudanças na produção, operação de serviços ou nas vendas (MACHADO; SOUZA, 2006).

Já quanto à facilidade de alocação, os custos podem ser diretos ou indiretos. Os custos diretos são os que podem ser mensurados ou observados de maneira objetiva, tais como insumos ou materiais utilizados, mão de obra empregada diretamente e matéria-prima. Já os custos indiretos referem-se aqueles que não podem ser mensurados de forma objetiva, precisando de alguma forma de rateio para seu cálculo, tal como acontece com as taxas de água, energia elétrica, conservação de máquinas e equipamentos, entre outros (SÁ, 2009).

De acordo com a sua variabilidade, os custos podem ser fixos ou variáveis.

Os custos fixos são aqueles custos que não variam dentro de um nível normal de operações (variação de aplicabilidade) e dado um certo período de tempo, como por exemplo, salários, aluguel, entre outros (PEREZ JUNIOR, 2010).

Assim, os custos fixos tendem a ser constantes. Em geral, os custos fixos são



gerados como uma função do tempo e outros fatores (BORNIA, 2010).

Por outro lado, para tomar uma decisão a partir de um ponto de vista econômico adequado é necessário atribuir valores quantitativos para cada alternativa considerada, portanto, custos desempenham um papel importante no processo de tomada de decisão.

Conforme se verifica, os custos dependendo de sua natureza podem assumir diversas classificações, devendo o gestor conhecer a sua significação como forma de bem gerenciá-lo (SÁ, 2009).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, busca-se apresentar os procedimentos metodológicos a serem adotados para o estudo em relação ao enquadramento metodológico e o procedimento de análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTOS METODOLÓGICOS

Para cumprir os objetivos e responder ao problema formulado, quanto à abordagem do problema, a pesquisa será do tipo qualitativa.

A pesquisa quantitativa aborda os estudos científicos que não faz uso ou emprego de procedimentos estatísticos ou de contagem para categorizar os resultados obtidos. Por este enfoque, os resultados não são traduzidos em números, apesar de muitas vezes serem este o principal tipo de dado analisado. Predominantemente, as pesquisas com abordagem quantitativa utilizam observações descritivas (SAMPIERI, 2016).

Em relação aos objetivos, o estudo será do tipo pesquisa descritiva. Este tipo de pesquisa tem por objetivo a descrição das características de um determinado fenômeno, população, evento, entre outros. Sua principal característica é o não envolvimento do pesquisador nos resultados, ou seja, os dados são coletados e analisados da maneira como ocorrem (PINHEIRO, 2010).

No que se refere aos procedimentos, o trabalho pode ser enquadrado como estudo de caso.

O estudo de caso é aquele em que se detém a um ou poucos elementos, tais como pessoas, grupos, empresas, instituições, entre outros. Sua principal característica é uma análise mais completa dos dados referentes ao elemento investigado. Porém, os resultados, de forma geral, não podem ser generalizados para outros agentes, mesmo que possuam as mesmas peculiaridades (RAUPP; BEUREN, 2012).

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Em virtude das características do estudo, o trabalho não envolveu população e/ou amostra. Desta forma, a coleta de dados foi realizada em documentos já existentes na instituição, ou seja, dados documentais.

A pesquisa documental é considerada como uma das técnicas mais utilizadas na realização de trabalhos científicos. Possui como principal característica que os dados e informações já se encontram disponibilizados no local onde os



mesmos foram gerados, bastando ao pesquisador reuni-los, agrupá-los e analisá-los conforme os objetivos buscados (RAUPP; BEUREN, 2012).

Além disso, foi realizada entrevista com o principal gestor da Diretoria de Trânsito e Transportes (DTT), vinculada à Secretaria de Obras de Criciúma, durante o mês de maio de 2019, conforme roteiro apresentado no Quadro 1.

A entrevista é uma técnica muito utilizada em pesquisas científicas. Por meio desta, é possível ter acesso a respostas de questões relacionadas ao problema em estudo de forma mais direta. Deve ser realizada com um elemento que possua condições e conhecimento sobre o tema, para que os resultados não sejam incompletos ou deficientes (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013).

Quadro 1 - Roteiro de entrevista semiestruturado

Entrevistado:
Ocupação na empresa:
Experiência como administrador:
Quantas vagas de estacionamento são gerenciadas pela Diretoria de Trânsito e Transportes do município de Criciúma?
Quantas ruas possuem vagas e onde se localizam?
Qual o valor do estacionamento e qual o tempo de permanência?
Qual horário de funcionamento do estacionamento rotativo?
A cobrança é realizada por monitores?(Se sim, quantos são?Qual a forma de contratação?
Como é realizado o controle de tempo de permanência?
Qual o valor arrecado por mês com a venda dos tickets?
Há alguma penalidade para o motorista que excede o tempo previsto ou que não apresenta o ticket? (Quem notifica? Quem aplica a multa?No caso de multa, como é realizado o recolhimento do valor?Quantas multas são aplicadas por mês?)
Além dos monitores quantos funcionários trabalham para gerenciar o estacionamento? (Que cargo ocupam?Qual a forma de contratação?)
Segundo o entrevistado o estacionamento apresenta resultado econômico satisfatório?
Outras observações?

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Para a realização da entrevista, foi utilizado como técnica um questionário semiestruturado. Conforme Pinheiro (2010), este procedimento permite ao pesquisador ter em mãos um roteiro previamente formulado, mas que pode ser aberto a questões que não foram formuladas, bem como para temas que surgirem durante a entrevista.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação e análise dos resultados é realizado em 03 seções. Na primeira é apresentado o histórico de implantação do estacionamento rotativo em Criciúma. Na sequência são apresentados os resultados acerca do demonstrativo da receita; e, na seção seguinte a análise do demonstrativo de despesas.



4.1 O SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO EM CRICIÚMA

Com base no artigo 24, X, do CTB, o estacionamento rotativo foi implantado no município de Criciúma por meio da revogada Lei nº 5.660, no ano de 2010. Tal legislação previa “[...] sobre a criação das áreas de estacionamento rotativo pago e estacionamento em áreas especiais, nas vias, logradouros e espaços públicos do município de Criciúma, e dá outras providências” (CRICIÚMA, 2010).

Com as eleições municipais no ano de 2012, houve a troca de comando no Poder Executivo municipal e, com isso, a descontinuidade de vários serviços e programas da gestão anterior. Entre estes, o sistema de estacionamento rotativo, quando então passou a vigorar uma outra forma de gerenciamento das vagas nas vias. Nesta nova forma, o serviço foi terceirizado e eram usados os chamados paquímetros (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA, 2017).

No entanto, durante aquela legislatura, houve problemas judiciais com o sistema implantado. Uma Ação Civil Pública instaurada pelo Ministério Público (e que posteriormente passou a tramitar no Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC) apontava indícios de fraude ocorrida no processo de licitação da empresa contratada. Com isso, em 2015, uma decisão oriunda da 11ª Promotoria de Justiça determinou a suspensão do contrato celebrado entre a então Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma (ASTC) e a entidade terceirizada. A partir de então, a 2ª Vara da Fazenda de Criciúma desativou os paquímetros (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, 2015). Desse modo, o município ficou sem sistema de estacionamento rotativo por dois anos.

Após as eleições municipais de 2016, no entanto, a nova gestão que assumiu o Poder Executivo editou outra legislação (Decreto-Lei nº 625/2017), reinstalando o sistema nos mesmos moldes de operação que funcionava em 2010. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA, 2017).

A decisão pelo sistema anterior e não pela contratação de empresa terceirizada para o serviço foi justificada pelo fato de que no sistema de paquímetros, as máquinas são locadas, tornando-se muito oneroso para o município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA, 2017). Atualmente, o serviço é totalmente gerido pelo poder público, pela Diretoria de Trânsito de Transportes (DTT), vinculada à Secretaria de Obras.

De acordo com os dados coletados, com o principal gestor da Diretoria de Trânsito de Transportes (DTT), vinculada à Secretaria de Obras de Criciúma o estacionamento conta atualmente com 750 vagas em 15 (quinze) ruas que ficam nas proximidades de duas praças centrais do município. Para poder estacionar, o condutor paga R\$ 2,00, podendo permanecer por até uma hora no mesmo local. O serviço funciona de segunda à sexta-feira, das 8 às 18h; e das 8h às 12h, aos sábados.

Conforme dados obtidos na DTT, atualmente são 56 monitores (agentes de trânsito), que “vendem” os *tickets*, notificam os motoristas que estacionam sem pagar, fiscalizam e também realizam orientações aos usuários. Idosos e deficientes possuem isenção, mas necessitam realizar cadastro e contam com vagas de prioridade, mesmo os não cadastrados. Além dos monitores a Diretoria tem 4 funcionários que trabalham exclusivamente na administração do Estacionamento.



Ainda segundo informações da DTT, em média são arrecadados aproximadamente R\$ 100.000,00 mensais com a venda dos bilhetes. Além disso, estima-se que são geradas cerca de 600 autuações/mês (multa manual), estas que ocorrem principalmente pela não obediência ao tempo máximo tolerado em cada vaga. O controle de permanência é realizado pelos monitores que emitem uma notificação e a colocam no vidro do carro, caso a guarda municipal passe pelo local e a notificação esteja no vidro, é emitido a multa ao veículo. O dinheiro arrecadado com as multas destina-se ao caixa geral da Prefeitura.

Na legislação do sistema, há a previsão de multa de R\$ 198,00, acrescida da perda de cinco pontos na Carteira Nacional de Habilitação – CNH para o motorista que estacionar sem a aquisição do *ticket*.

4.2 DEMONSTRATIVO DE RECEITA DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO EM CRICIÚMA

Para avaliar o resultado econômico e a viabilidade para a existência do sistema de trânsito rotativo foram coletados dados mensais de receita com a venda de tickets no ano de 2018. Os dados da tabela 1 foram disponibilizados pela Diretoria e apresenta o valor arrecadado com a venda de tickets.



Tabela 1 – Receita com a venda de Tickets em 2018

ANALISE DE RECEITAS COM O ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE CRICIUMA													
RECEITA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Venda de tickets	96.794,00	99.158,00	105.078,00	112.898,00	112.840,00	109.596,00	107.764,00	122.644,00	97.436,00	99.088,00	73.286,00	66.736,00	1.203.318,00
TOTAL	96.794,00	99.158,00	105.078,00	112.898,00	112.840,00	109.596,00	107.764,00	122.644,00	97.436,00	99.088,00	73.286,00	66.736,00	1.203.318,00
Representa % receita de 2018	8,04%	8,24%	8,73%	9,38%	9,38%	9,11%	8,96%	10,19%	8,10%	8,23%	6,09%	5,55%	100,00%

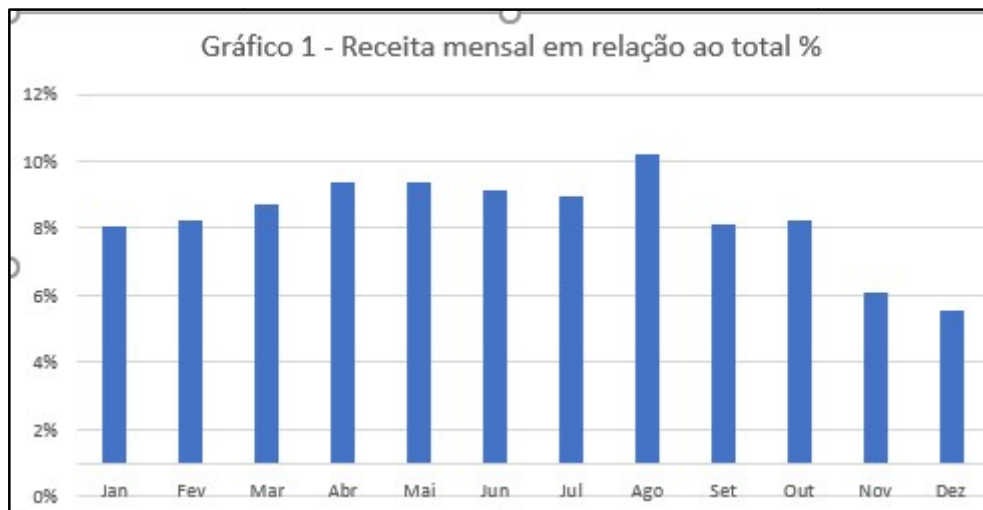
Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

O valor apresentado na tabela acima refere-se a venda de bilhetes ao custo de R\$ 2,00 cobradas dos condutores que utilizam as vagas destinados ao estacionamento rotativo, que conta atualmente com 750 vagas em 15 (quinze) ruas que ficam nas proximidades de duas praças centrais do município. Para poder estacionar, a condutora paga R\$ 2,00, podendo permanecer por até uma hora no mesmo local. O serviço funciona de segunda à sexta-feira em dois turnos de monitores alternando os turnos, um turno matutino e o outro vespertino. O horário de funcionamento durante a semana é das 8 às 18h e das 8h às 12h aos sábados. Ainda segundo informações da DTT, em média são arrecadados aproximadamente R\$ 100.000,00 mensais com a venda dos bilhetes, informação que se confirma na tabela acima quando dividido o valor total arrecadado no ano de 2018 (R\$1.203.318,00) pelos 12 meses do ano. Observa-se que entre os meses de janeiro a outubro a receita é de 8 a 10% do valor total do ano, exceto pelos meses de novembro e dezembro (6,09 e 5,55% respectivamente).

Analisando o mês com maior receita, o mês de agosto teve uma receita de R\$122.644,00, ou seja, foram 61.322 bilhetes, enquanto que no mês de dezembro foram 33.368 bilhetes, totalizando a receita de R\$66.736,00. Indo além e levando em consideração o horário de funcionamento são 54 horas semanais, foram vendidos 567 tickets por hora no mês de agosto enquanto



que no mês de dezembro foram 308. Considerando o número de monitores nos meses de agosto e dezembro eram 76 e 52, respectivamente, sendo que a venda de ticket por monitor/hora corresponde a 3.7 e 5.9 respectivamente.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Com relação ao gráfico 1 identificamos no mês de janeiro uma representação de 8% em relação ao valor total e uma linha de crescimento até o mês de agosto chegando a uma representação de 10%, e após um declínio até o mês de dezembro que representou apenas 5% da arrecadação anual.

4.3 DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO EM CRICIÚMA

Para apresentar as despesas com funcionários foram utilizados os dados informados pela Diretoria disponibilizados na tabela 2 e 3

Tabela 2 – Número de funcionários por mês em 2018

MESES 2018	Nº FUNCIONÁRIOS
JANEIRO	14
FEVEREIRO	38
MARÇO	36
ABRIL	40
MAIO	35
JUNHO	63
JULHO	63
AGOSTO	76



SETEMBRO	76
OUTUBRO	75
NOVEMBRO	75
DEZEMBRO	52

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 3 – Valores das despesas com folha de pagamento individual

Folha de pagamento	R\$
Salário Bruto	1.162,02
INSS	(81,74)
Vale Transporte	61,31
Salário Líquido	1.018,97
Recolhimento FGTS	92,96
Provisão Férias	32,27
Provisão 13º Salário	96,83

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Com os valores referentes à folha de pagamento (tabela 3) e o número de funcionários (tabela 2) foi possível calcular as despesas decorrentes que serão apresentadas na Tabela 4. Conforme dados obtidos na entrevista foi levantada a informação de que o espaço administrativo do Rotativo é locado, porém não paga IPTU. O valor da locação é pago com a receita do próprio serviço enquanto as despesas de água, luz e telefone são pagas pela Administração Municipal. De posse dos dados foi elaborado a tabela abaixo



Tabela 4 – Despesas diretas e indiretas com o Estacionamento rotativo no ano de 2018

Custos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais	AV %
Diretos:														
Folha de Pagamento	R\$ 14.265,58	R\$ 38.720,86	R\$ 36.682,92	R\$ 40.758,80	R\$ 35.663,95	R\$ 64.195,11	R\$ 64.195,11	R\$ 77.441,72	R\$ 77.441,72	R\$ 76.422,75	R\$ 76.422,75	R\$ 52.986,44	R\$ 655.197,71	88,76%
Provisão Férias	R\$ 451,78	R\$ 1.226,26	R\$ 1.161,72	R\$ 1.290,80	R\$ 1.129,45	R\$ 2.033,01	R\$ 2.033,01	R\$ 2.452,52	R\$ 2.452,52	R\$ 2.420,25	R\$ 2.420,25	R\$ 1.678,04	R\$ 20.749,61	2,81%
Provisão 13 Salário	R\$ 1.355,62	R\$ 3.679,54	R\$ 3.485,88	R\$ 3.873,20	R\$ 3.389,05	R\$ 6.100,29	R\$ 6.100,29	R\$ 7.359,08	R\$ 7.359,08	R\$ 7.262,25	R\$ 7.262,25	R\$ 5.035,16	R\$ 62.261,69	8,43%
Total Custo Direto	R\$ 16.072,98	R\$ 43.626,66	R\$ 41.330,52	R\$ 45.922,80	R\$ 40.182,45	R\$ 72.328,41	R\$ 72.328,41	R\$ 87.253,32	R\$ 87.253,32	R\$ 86.105,25	R\$ 86.105,25	R\$ 59.699,64	R\$ 738.209,01	100,00%
Indiretos:														
Aluguel	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00	R\$ 11.976,00	24%
Salários Administrativos	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 3.218,00	R\$ 38.616,00	76%
Total Custo Indireto	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 4.216,00	R\$ 50.592,00	100%
TOTAL DOS CUSTOS	R\$ 20.288,98	R\$ 47.842,66	R\$ 45.546,52	R\$ 50.138,80	R\$ 44.398,45	R\$ 76.544,41	R\$ 76.544,41	R\$ 91.469,32	R\$ 91.469,32	R\$ 90.321,25	R\$ 90.321,25	R\$ 63.915,64	R\$ 788.801,01	
% CUSTO MENSAL:	2,57%	6,07%	5,77%	6,36%	5,63%	9,70%	9,70%	11,60%	11,60%	11,45%	11,45%	8,10%	100,00%	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Conforme dados obtidos na entrevista foi levantada a informação de que o espaço administrativo do Rotativo é locado, porém não paga IPTU. O valor da locação é pago com a receita do próprio serviço enquanto as despesas de água, luz e telefone são pagas pela Administração Municipal. De posse dos dados e despesas com pagamentos dos funcionários foi elaborada a tabela com o custo direto e indireto com o estacionamento rotativo no ano de 2018.



Observa-se que o custo com a folha de pagamento representa 94% do custo total do ano. Os meses com custo mais elevado foram de agosto e setembro, com 76 monitores contratados e outubro e novembro, com 75.

Ainda com relação às despesas, observa-se que o aumento das mesmas está diretamente ligado ao aumento no número de monitores, porém esse aumento de monitores não refletiu no aumento nas vendas.

4.4 COMPARATIVOS DE RECEITA E DESPESAS DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO EM CRICIÚMA

Com relação à receita ao longo do ano observa-se uma variação de até 10% entre um mês e outro exceto por novembro e dezembro que teve uma baixa de quase 30% na venda de tickets.

Já com relação ao número de monitores que representa o custo mais elevado (94% do total anual) verifica-se que ocorreram muitas contratações no período, iniciando o ano de 2018 com apenas 14 monitores e chegando até 76 contratados nos meses de agosto e setembro, porém se observar a venda de tickets o mês de setembro com 76 monitores teve o mesmo rendimento em janeiro com apenas 14 monitores. Portanto contratar mais monitores não significa vender mais tickets.

Em dezembro de 2018 tinha 52 monitores contratados e no momento atual 56, o que leva a crer que irá se manter nessa média, pode-se afirmar que apresenta um resultado positivo e consideram-se satisfatórios para o funcionamento da organização ao longo do ano. O ponto de atenção é a oscilação na quantidade de monitores que é o que mais impacta no resultado final uma vez que a receita se mantém bem próxima mensalmente com exceção dos dois últimos meses.

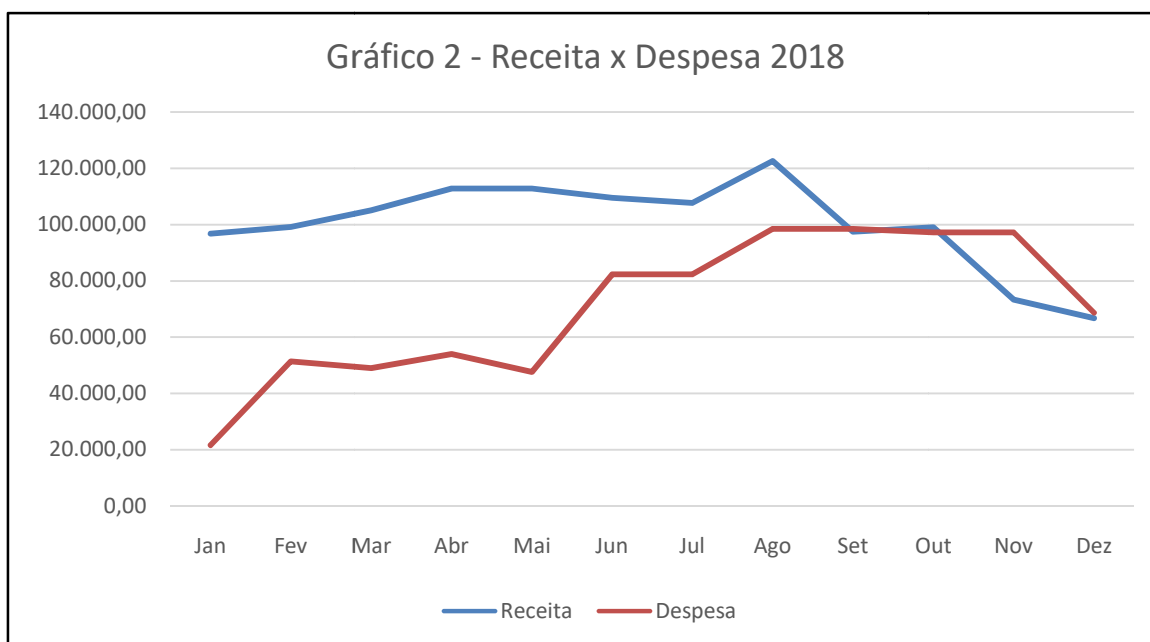
A tabela 5 apresenta a apuração de resultados e lucro líquido mensal no ano de 2018.

Tabela 5 – Apuração de resultado e lucro líquido

ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS MENSAS COM O ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE CRICIÚMA													
2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Receitas	96.794	99.158	105.078	112.898	112.840	109.596	107.764	122.644	97.436	99.088	73.286	66.736	1.203.318
Despesas	20.288,98	47.842,66	45.546,52	50.138,80	44.398,45	76.544,41	76.544,41	91.469,32	91.469,32	90.321,25	90.321,25	63.915,64	788.801,01
Diferença	76.505,02	51.315,34	59.531,48	62.759,20	68.441,55	33.051,59	31.219,59	31.174,68	5.966,68	8.766,75	17.035,25	2.820,36	414.516,99

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Com os dados da despesa e receita total da tabela 5, elaboramos o gráfico 2 para uma análise da relação de receita e despesa mensal de 2018.

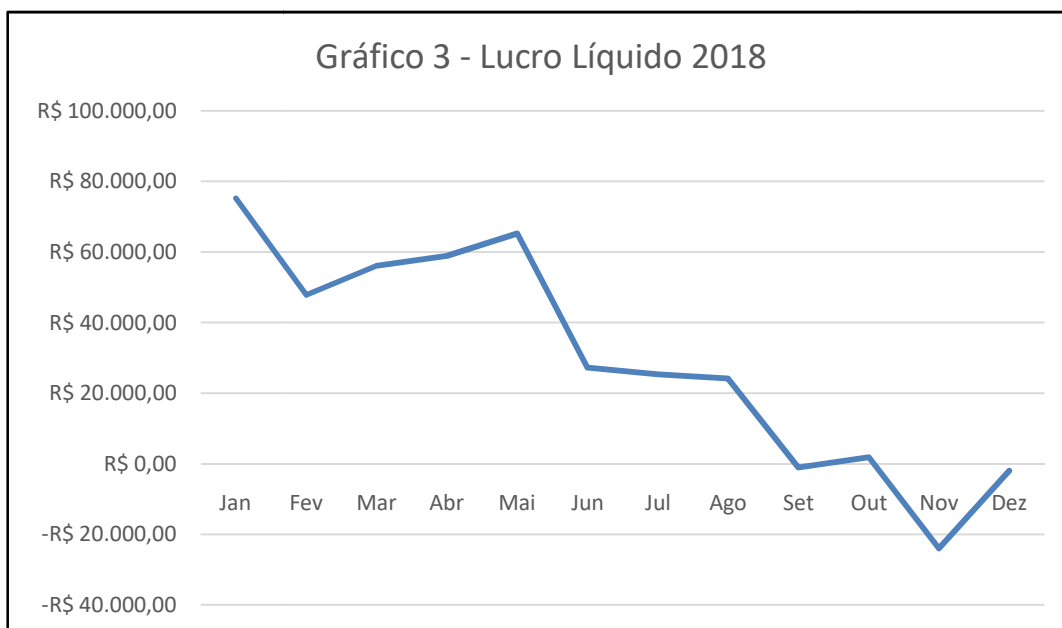


Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

A receita de janeiro a julho se mantém no mesmo intervalo alcançando seu ponto máximo no mês de agosto e nos meses subsequentes, queda mês a mês. Com relação a despesa de janeiro a agosto apresentou aumento mensalmente, estabilizando até novembro e diminuindo no mês de dezembro.

Analisando o gráfico; pode-se perceber que janeiro foi o mês com melhor desempenho, com lucro líquido de R\$75 mil reais, seguido do mês de maio com lucro líquido de R\$65 mil reais. São os dois pontos do gráfico em que as linhas estão mais afastadas. Já com relação aos pontos negativos, observa-se o mês de novembro em que a receita está menor do que a despesa com um déficit de R\$24 mil. Os meses de setembro, outubro e dezembro empataram a receita e despesa, não dando lucro líquido.

Abaixo apresentamos o gráfico3 representando o lucro líquido de 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Analisando o gráfico 3 observa-se que o lucro em janeiro de R\$75mil reais declinou até o mês de novembro, chegando a números negativos em novembro e dezembro. Embora tenha fechado o ano de 2018 com um lucro líquido de R\$354mil reais, verifica-se a necessidade de chegar a um ponto de equilíbrio com relação as despesas com folha de pagamento, ou seja, a contratação de monitores, uma vez que a receita apresenta a tendência a se manter no mesmo intervalo deve-se manter um número máximo de contratações afim de não apresentar déficit ao longo do ano e interferir no lucro mensal. No ano de 2018 até 50 monitores contratadores seria o ponto ideal para manter a receita superior a despesa.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs analisar a viabilidade econômica do sistema de estacionamento rotativo em 2018 do estacionamento rotativo no município de Criciúma-SC. O objetivo foi caracterizar o serviço de estacionamento rotativo no município, identificar receitas e custos da entidade e analisar se os resultados econômicos baseados nos custos foram satisfatórios no ano de 2018 para o funcionamento da organização.

A coleta de dados se deu com o principal gestor da Diretoria de Trânsito de Transportes (DTT), vinculada à Secretaria de Obras possibilitando identificar os dados necessários para a apuração dos resultados. Pelo fato de poder auxiliar tanto ao ente público, como aos cidadãos, usuários ou não, da finalidade da implantação do sistema, bem como contribuir com sugestões para aprimorar seu funcionamento, justifica-se a importância do estudo e para o meio acadêmico destaca-se em evidenciar estudos na área pública, visando demonstrar a preocupação e o interesse do futuro profissional contábil com o patrimônio público de forma geral, além de ser uma oportunidade para fomentar estudos da contabilidade pública da região.

As principais contribuições deste trabalho foi a devolutiva dos resultados a organização pesquisada que apresentou lucro líquido no ano de 2018 de R\$ 354.449,59.

O valor total arrecadado com a venda de bilhetes no ano de 2018 foi R\$1.203.318,00. Observou-se que entre os meses de janeiro a outubro a receita é de 8 a 10% do valor total do ano, exceto pelos meses de novembro e dezembro (6,09 e 5,55% respectivamente), podendo relacionar a baixa aos meses de férias escolares e verão com menor fluxo de veículos na área. Com relação às despesas observa-se que o custo com a folha de pagamento representa 94% do custo total do ano, e que ocorreram muitas contratações no período, iniciando o ano de 2018 com 14 monitores e chegando até 76 contratados nos meses de agosto e setembro, porém se observar a venda de tickets o mês de setembro com 76 monitores teve o mesmo rendimento em janeiro com apenas 14 monitores. O ponto de atenção é a oscilação na quantidade de monitores que é o que mais impacta no resultado final uma vez que a receita se manteve bem próxima mensalmente com exceção dos dois últimos meses, sendo 50 o número ideal de monitores.

Com a articulação dos dados para avaliação da viabilidade econômica, conclui-se satisfatório para o funcionamento da organização o lucro líquido no ano 2018 de R\$ 414.516,99.



REFERÊNCIAS

ALEMÃO, M. M., GONÇALVES, M. A., & DRUMOND, H. A. (2013). **Estudo da utilização da informação de custos como ferramenta de gestão em organização pública**: o estudo do SIGH–Custos. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 3(1), 210-226.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Campus- Elsevier, 2009.

BACIC, Miguel Juan, et al. **Manual de técnicas e práticas de gestão estratégica de custos nas pequenas e medias empresas**. 2010. Disponível em <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/crcsp_m04.pdf> Acesso em: 25 maio 2019

BARDAL, Miguel; MALTACA, Lais Hlenfeldt; MICHELASSE, Daniely Bérghamo. **A implantação da produção enxuta nas pequenas empresas**. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/edicoes-antiores.php?pagina=antiores>> Acesso em: 15 maio

BONELLI, F.; CABRAL, S. **Efeitos das Competências no Desempenho de Contratos de Serviços no Setor Público**. *rac. revista de administração contemporânea (online)* v. 22, p. 487-509, 2018. Disponível em: <<https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1284/1279>> Acesso em: 15 maio 2019.

BORNIA, Antônio Cezar. **Análise Gerencial de Custos: Aplicação em empresas modernas**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRETAS, Paula Fernandes Furbino. **Relações de Poder e Resistências em uma Organização Pública: um Caso de Ensino**. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, MG, p. 222-225, jul. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/apgs/article/view/5190>>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **A contabilidade empresarial**: com aplicações na HP12C e Excel. São Paulo: Atlas, 2006.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRICIUMA. **Lei nº 5660, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a criação das áreas de estacionamento rotativo pago e estacionamento em áreas especiais, nas vias, logradouros e espaços públicos do município de criciúma, e dá outras providências. Criciúma: Câmara Municipal, [2010]. Disponível



em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-ordinaria/2010/566/5660/lei-ordinaria-n-5660-2010-dispoe-sobre-a-criacao-das-areas-de-estacionamento-rotativo-pago-e-estacionamento-em-areas-especiais-nas-vias-logradouros-e-espacos-publicos-do-municipio-de-criciuma-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 24 de abril de 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 275 p.

DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico. **Gestão de custos e formação de preços**: conceitos, modelos e instrumentos, abordagem do capital de giro e da margem de competitividade. São Paulo: Atlas, 2006.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

JUNG, Clodoaldo. **Gestão de custos de uma empresa de transporte rodoviário de carga**. 2007. (Monografia de Conclusão de Curso), Curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2007.

KASPCZAK, Márcia Cristina de Mello; SCANDELARI, Luciano; REIS, Dácio Roberto dos. **Gestão de custos como fonte de informação para inovações incrementais**. In: IV Encontro de Engenharia e Tecnologia dos Campos Gerais. Anais... Ponta Grossa: PR, 2008.

KIMURA, H.; PERERA, L. C. J.; ANTUNES, M. T. P. **Análise simplificada de custos de Tecnologia de Informação**. Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 10, n. 2, p. 61-82, 2012.

MACHADO, D. G.; SOUZA, M. A. **Análise das relações entre a gestão de custos e a gestão do preço de venda**: um estudo das práticas adotadas por empresas industriais conserveiras estabelecidas no RS. Revista Universo Contábil, v. 2, n. 1, p. 42-60, 2006.

MARQUES, A. B. S.; EMMENDOERFER, M. L. Resenha: - **Análise de Políticas Públicas**: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções - (Leonardo Secchi - 2017). Revista Organizações em Contexto, v. 14, n. 28, p. 393-399, 2018.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 36. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2010

MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. **Da Opacidade à Transparência?** Avaliando a Lei de Acesso à Informação No Brasil Cinco Anos Depois. Revista de Administração Pública, v. 52, n. 4, p. 610-629, 2018



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/329884865/andamento-do-processo-n-0900535-7320158240020-acao-civil-publica-rescisao-07-04-2016-do-tjsc?ref=topic_feed> Acesso em: 24 de abril de 2019

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Transadministrativismo**: uma apresentação. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 267, p. 67-83, set. 2014. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46458>>. Acesso em: 15 maio. 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 5. ed São Paulo: Atlas, 2009.

PARADELA, Carolina Soares Matuck. et al. Estacionamento rotativo: uma abordagem ampla a partir do exemplo de Belo Horizonte. Revista Pensar Engenharia, v.3, n.1, Jan/2015.

PEREIRA, Talita Silva; SOUZA, Paulo Cesar. **Panorama da utilização de sistemas de gestão de custos pelas empresas agroindustriais de um município do estado de Mato Grosso**. In: XXX encontro nacional de engenharia de produção. Anais... São Carlos, SP, out. 2010.

PEREZ JUNIOR, Jose Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis**: normas e procedimentos. Atlas, 2010.

PINHEIRO, J.M.S. **Da iniciação científica ao TCC**: Uma abordagem para os cursos de Tecnologia. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2010.

PINTO, Leonardo José Seixas. **Custos da qualidade em empresas brasileiras**: o caso da indústria Golden Vital. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. **Estacionamento rotativo de Criciúma será administrado pela Prefeitura**. Data: 22/02/2017. Disponível em: <http://www.criciuma.sc.gov.br/site/noticia/estacionamento_rotativo_de_criciuma_sera_administrado_pela_prefeitura-11652> Acesso em: 24 de abril de 2019

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos EM CONTABILIDADE: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 76-97.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética e Valores Humanos**. 2ª EDIÇÃO – REVISTA E ATUALIZADA – 2009.



SAMPIERI, RobertoHernandez ;COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 583p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**.11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIAN, Vilson Marcos. **Teoria da PRC** (Política de Redução de Custos) e algumas análises práticas de utilização ou não da PRC.. In: XIII SIMPEP. Anais... Bauru: SP, 2006.